

O Brasil e o Movimento Republicano Português, 1880-1910.

Luísa Maria Gonçalves Teixeira Barbosa

Introdução

Uma data é uma ideia que se faz cifra, dizia Vítor Hugo. O 5 de Outubro de 1910 foi o dia em que a ideia de *República* se instaurou em Portugal. Durante a sua preparação, os republicanos portugueses pautaram a sua acção pelos ideais, a ela associados, de *Democracia, Liberdade, Igualdade e Fraternidade*. Um importante grupo defendia ainda o *federalismo*, como forma perfeita de organização política, que veio a ser inscrito no *Manifesto do Partido Republicano Português de 1891*, cujo programa se manteve em vigor até 1911. Movidos por elevados valores de patriotismo, buscavam a paz, a harmonia e a felicidade universais.

Do outro lado do Atlântico, o Brasil desenvolvia-se e progredia, afirmando a sua independência, granjeando a sua identidade cultural.

E, se as ideias não se limitam às linhas estreitas das fronteiras nacionais, os republicanos portugueses e brasileiros pugnavam por ideais comuns? Unidos pela História, seria possível a existência de relações estreitas entre os movimentos republicanos português e brasileiro? Qual a contribuição do Brasil para o movimento republicano português durante a preparação da implantação da República Portuguesa, no dia 5 de Outubro de 1910?

Neste percurso de relações fraternas e também político-ideológicas entre os dois povos destacamos três momentos essenciais:

- a comemoração do tricentenário de Camões, em 1880;
- a Revolução Republicana Brasileira, de 15 de Novembro de 1889, directamente relacionada com a revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891;

- e o pós-31 de Janeiro, período que antecedeu os preparativos para a Revolução Republicana Portuguesa.

Em meados do século XIX, surgiram as grandes linhas doutrinárias e de pensamento que atravessaram toda a geração de Setenta: o positivismo, o socialismo proudhoniano, o republicanismo. A crise das monarquias constitucionais, que se verificava em toda a Europa, permitiu abrir caminho às novas ideias, quer no Brasil quer em Portugal, e responder aos anseios e afirmação de uma nova burguesia, ligada ao comércio, à indústria e às profissões liberais.

As monarquias portuguesa e brasileira estavam a ser postas em causa por um grupo de liberais radicais desiludidos. Nas suas críticas literária, filosófica e política, os seus ideias apoiaram-se, ainda, nas revoluções Americana e Francesa para sustentar a continuada luta pela liberdade, igualdade e fraternidade.

Por esse tempo, o partido republicano português resumia-se a um movimento intelectual diminuto, de fraca inserção nas camadas populares e desenvolvia-se, essencialmente, em meios urbanos e académicos. O movimento organizava-se em clubes de diferentes facções e estratégias políticas. O combate político desenrolava-se de forma dispersa, constituindo, assim, uma oposição desarticulada ao regime monárquico.

Já na década de Setenta se conhecem relações entre portugueses e brasileiros de ideário republicano. Assim, Latino Coelho, republicano histórico da *geração dos patriarcas* românticos, iniciou a colaboração, em 1875, com o jornal *O País*, do Rio de Janeiro, do qual era redactor Quintino Bocaiuva, também ele importante membro do republicanismo do Brasil. Um e outro eram republicanos históricos, ambos participaram na elaboração dos manifestos republicanos nos seus respectivos países.

Também Silva Pinto, republicano federalista e publicista, permaneceu no Brasil, em busca de fortuna, entre 1875 e 1877. Aí se encontrou com Rafael Bordalo Pinheiro que aí se instalara para colaborar, com as suas preciosas caricaturas, na imprensa do Rio de Janeiro. Uniu-os a pátria, o publicismo e a crítica feroz à monarquia.

Silva Pinto e Rafael Bordalo Pinheiro prosseguiram, em Portugal, a sua missão de publicistas prestigiados. Rafael Bordalo Pinheiro nunca mais deixaria de ser influenciado pelos seus conhecimentos do Brasil, o que se verificou em todas as

publicações posteriores que dirigiu como *Álbum de Glórias*, 1882 e 1892 e *Pontos nos ii* de 1889-91.

No Brasil, distinguiam-se alguns nomes do republicanismo, por exemplo: Saldanha Marinho, Lopes Trovão, Silva Jardim e Assis Brasil, individualidades que não deixaram de estar em permanente ligação com Portugal, no último quarto do século XIX, através de correspondência ou dos artigos de jornais.

Os movimentos republicanos brasileiro e português coexistiram em linhas paralelas, mas os movimentos de pessoas que atravessavam o Atlântico e se deslocavam nos dois sentidos, permitiram o cruzamento de ideias, de convicções e atitudes que se reflectiram no ideário republicano e na cultura de Portugal e Brasil.

1. O Brasil e o Centenário de Camões, 1880

O Centenário de Camões foi reconhecido pelos republicanos portugueses como uma data histórica que teve o seu desfecho no 5 de Outubro de 1910. Afirmaram-no Teófilo Braga, António José de Almeida e Magalhães Lima, entre outros.

Nesta data, distinguiu-se um republicano que vinha da Geração de Setenta: Teófilo Braga. Este foi considerado o introdutor da filosofia positiva em Portugal e o promotor da simbiose entre o positivismo e o republicanismo. Ao mesmo tempo, percebeu que, na comemoração da data histórica de 10 de Junho, estava a possibilidade de notabilizar Portugal, perante a Europa e o Mundo. Esta data tinha sido inscrita no calendário positivista por Comte.

Teófilo Braga tomou a direcção das comemorações, tirou partido do seu protagonismo e aproveitou a oportunidade para evidenciar o movimento republicano. Este pretendeu impulsionar a propaganda positivista e republicana, tendo a intenção de preparar as mentalidades e os espíritos para uma *era nova* que se avizinhava. Tal como para Comte, para ele a evolução das sociedades caminhava necessariamente para o estádio positivo ou científico e este só seria possível num regime republicano. E, neste republicanismo de pendor iluminista acreditava-se que a propaganda das ideias prepararia os espíritos para a adesão ao desejado novo regime republicano e que seria possível acelerar o processo do progresso, abreviando o produto da evolução social e humana. Assim, a doutrinação e a propaganda tinham um papel relevante na acção dos

republicanos. As revistas, os jornais, os livros ou mesmo, folhetos, almanaques e panfletos serviram de suportes eficazes, para a difusão das ideias junto da população.

No Brasil, a presença de uma forte comunidade portuguesa, organizada em associações prestigiadas como o Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, e um conjunto de intelectuais que reconheciam a tradição luso-brasileira como as suas raízes históricas, produziram um vasto programa comemorativo no dia 10 de Junho de 1880. Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador da Baía foram cidades que aderiram com todo o vigor e entusiasmo. A adopção de Camões como herói da identidade brasileira, só foi possível com a adesão dos positivistas brasileiros à comemoração do Centenário de Camões, como reconheceu Teófilo Braga. O brilhantismo das comemorações e, o seu alargamento a França e ao mundo (Brasil, França, Espanha, Itália, Alemanha, Boston, Filadélfia, Macau e Hong-Kong) deveu-se, em parte, ao papel do Apostolado Positivista Brasileiro, sob a direcção de Teixeira Mendes e Miguel Lemos, junto dos seguidores de Comte, em Paris.

Teófilo Braga tomou nas suas mãos a responsabilidade de ser o principal meio de ligação com o Brasil, em Portugal. A ideia dominante era estreitar laços históricos, fortalecer relações ideológicas, promover um movimento de ideias assente na solidariedade entre os povos. Os dois países unidos numa frente comum pugnaram pelo ideário comteano e republicano cuja propaganda não se encontra deles desligada.

Apesar das divergências entre intelectuais da geração de Setenta e positivistas portugueses e brasileiros, podemos referir o esforço para se ultrapassar as polémicas e fomentar o diálogo. A *Revista Estudos Livres* demonstrou esse esforço comum. Fundada, em 1882 por Teófilo Braga e Teixeira Bastos, teve como directores no Brasil, Américo Brasiliense e Sílvio Romero.

Com o sucesso das comemorações, o movimento republicano português ganhou ânimo e a propaganda republicana intensificou-se.

Em nosso entender, 1880 foi a data em que se formalizaram relações estreitas entre os movimentos republicanos brasileiro e português.

2. A Revolução Republicana Brasileira e o 31 de Janeiro de 1891

2.1. A Revolução Brasileira na imprensa republicana portuguesa

Mas, há muito que a ideia de república perpassava as mentes dos brasileiros cultos. Esta ideia veio a consolidar-se no seio dos movimentos culturais da segunda metade do século XIX.

No Brasil, o movimento republicano desenvolvia-se essencialmente nas grandes cidades e em ambientes académicos. Os seus mentores eram filhos da nova burguesia de comerciantes, industriais ou proprietários ricos, das minas, das plantações de açúcar e do café que estudaram em Coimbra, em Paris ou nos Estados Unidos da América. Benjamin Constant Botelho Magalhães, Quintino Bocaiuva e Deodoro da Fonseca foram nomes de republicanos que se destacaram na sociedade brasileira.

A situação económica e social do Brasil agravava-se: crescia a crítica junto dos militares e o desânimo dos cafeicultores após a Lei Áurea de 13 de Maio de 1888. A par da crise que se instalara, recrudescia a crítica dos republicanos e intensificava-se a propaganda das ideias junto das camadas populares. Neste contexto, Deodoro da Fonseca encontrou as condições favoráveis ao estabelecimento de um novo regime: a Revolução Republicana Brasileira implantou a república no dia 15 de Novembro de 1889.

A imprensa republicana portuguesa deu grande cobertura a este acontecimento, demonstrando que as relações entre os movimentos republicanos dos dois lados do Atlântico tinham profundas afinidades. As ligações telegráficas mostraram-se eficazes, pois na tarde do próprio dia da revolução, receberam-se telegramas que se reproduziram no dia seguinte nas primeiras páginas.

Jornais como *Os Debates*, dirigido por Alves Correia e *O Século*, dirigido por Magalhães Lima, tomaram posições de defesa do regime republicano brasileiro. As informações sobre o desenvolvimento da vida política, económica e cultural do Brasil eram diárias e detalhadas.

O ambiente que se viveu, a partir de 15 de Novembro de 1889, foi efusivo e de completa adesão ao novo regime brasileiro. Nas primeiras notícias elogiavam-se os membros do governo provisório e davam-se *Vivas* à novíssima república.

No entanto, uma parte significativa dos intelectuais portugueses criticou severamente o novo regime brasileiro. Ramalho Ortigão, que entretanto se afastara das

ideias republicanas e Eduardo Prado, brasileiro e avesso ao regime de Deodoro da Fonseca, desferiam as suas críticas na *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queirós e também ela distribuída no Brasil. O governo provisório desse país não acolheu bem estes recados e, por isso, os republicanos, como Teófilo Braga, tomaram a posição de recusar a continuidade da sua colaboração nesta revista.

Nesta ocasião, Latino Coelho evidenciou-se na defesa do regime republicano brasileiro e não deixou de retorquir aos que iniciaram essa forte campanha de descrédito na imprensa portuguesa. Membro do directório do Partido Republicano e ainda, membro de prestigiadas associações portuguesas e brasileiras e colaborador da imprensa dos dois países, os seus artigos de opinião demonstraram um vasto conhecimento sobre a realidade do Brasil e sobre os seus homens de relevo. Como publicista, a sua acção mereceu agradecimentos oficiais enviados por Benjamin Constant e mais tarde, por Rui Barbosa, ambos membros do governo provisório brasileiro. Esta situação demonstrava os laços de profunda solidariedade e lealdade políticas.

Apesar das grandes afinidades entre republicanos, sabemos que a comunidade portuguesa no Brasil estava dividida: uns continuavam a defender o regime monárquico; outros, os republicanos, tinham nessa ocasião possibilidade de aumentar o seu prestígio individual e de reforçar os laços políticos com os governantes brasileiros, retirando daí as vantagens necessárias ao movimento português.

Em Portugal, os republicanos logo perceberam que era muito importante, perante este exemplo concreto, ir buscar ao Brasil a força para prosseguir a intensificação da propaganda republicana e não era de descurar a importância da propaganda junto da *colónia portuguesa*, pois daí lhe poderia advir grandes benefícios na persecução dos seus objectivos. “Hoje a Espanha deixou de ser para nós o papão, e o Brasil, o nosso filho, muito bem pode, mercê dos 300.000 portugueses que lá temos, ser no futuro político, o nosso sugestor”¹.

Não podemos esquecer que a economia de Portugal dependia, numa boa parte, das remessas enviadas por esses portugueses que encontraram, no Brasil, os meios para fazer fortuna. Afinal, essas remessas só beneficiariam o movimento republicano se os remetentes tivessem as mesmas ideias que os destinatários em Portugal, ou seja, o dinheiro do Brasil fazia falta ao país, mas também à consolidação do republicanismo português. Se os republicanos ansiavam pela conversão da colónia portuguesa no Brasil

¹ Almeida, Fialho d', *Os Gatos*, n.º 3- Novembro de 1889 a Fevereiro de 1890, Porto, Alcino Aranha, pp. 105-106.

às ideias republicanas, também o governo brasileiro estava interessado em neutralizar os portugueses conservadores que aderiam às ideias de restauração da monarquia. Assim, só havia um caminho possível: estreitar os laços de solidariedade política entre portugueses e brasileiros.

A repercussão da Revolução Republicana Brasileira sobre o movimento republicano português foi dada a conhecer pela imprensa de opinião republicana portuguesa. Este acontecimento difundiu-se na opinião pública e permitiu, assim, dar novo alento à propaganda republicana. Os artigos aumentaram de tom e logo surgiu o apelo à revolução. Suplicava-se ao Partido Republicano Português que se unisse e reforçasse na preparação da revolução, deixando para trás a sua posição que pugnava pela via eleitoralista.

Manuel Arriaga, que viria a ser o primeiro presidente da República Portuguesa, aproveitando o impasse do PRP face à Revolução Brasileira, escreveu uma carta a Alves Correia, no dia 5 de Janeiro 1890, publicada em *Os Debates* no dia 10, em que propunha a unidade do partido, a convocação de um Congresso e uma *saudação à República Brasileira*. Na sua análise, a revolução do Brasil deveria repercutir-se na vizinha Espanha e, seguidamente em Portugal. O directório do partido, chefiado por Teófilo Braga, não devia perder a oportunidade de recobrar forças e lutar pela República, democracia e liberdade. Este acontecimento, já tinha tido os seus efeitos conquistando para o ideal republicano alguns conservadores.

Este republicano histórico liderou a linha radical do Partido desde 1887, data em que se opôs à moção de Jacinto Nunes e à ideia de *Esquerda Dinástica*. Com esta carta, conseguiu o apoio de Alves Correia e Homem Cristo, dirigentes do jornal *Os Debates*, o que lhe permitiu a constituição de uma lista candidata ao Congresso do PRP que só se veio a realizar um ano depois, em Janeiro de 1891.

Entretanto, em 11 de Janeiro de 1890, o Ultimato provocou um importante levantamento patriótico e uma forte onda de propaganda antibritânica. Só depois deste acontecimento o directório republicano respondia a Manuel de Arriaga, concordando com ele e reafirmando o intenso abalo provocado pelos acontecimentos do Brasil e do Ultimato.

Sem dúvida, a partir desta data, perante a humilhação britânica e o orgulho ferido dos patriotas, muitos se acolheram na crítica antimonárquica e muitos ousaram aproximar-se da *fé republicana*. João Chagas foi um desses exemplos: afirmou-se republicano no dia 11 de Janeiro e o seu *baptismo* realizou-se num jantar de amigos

onde se perpetraram ataques violentos à monarquia e à Inglaterra, de olhos postos no outro lado do Oceano, afinal o lugar onde residia a esperança de uma Pátria republicana.

Este entusiasmo causado pelo ódio antibritânico e pelo amor ao Brasil e à república promoveu ao desenvolvimento de uma nova *geração activa* que já não acreditava na *geração doutrinária*, que deteve grande importância no PRP até ao Congresso de 1891.

Se as manifestações de patriotismo a favor da ideia de república e os apelos à revolução se intensificaram com o Ultimato, já tinham sido iniciadas por ocasião da Revolução Brasileira, dois meses antes.

O ano de 1890 foi profícuo na fundação de novos jornais que vinham responder à crescente vontade de preparar uma revolução. Os estudantes da Academia de Coimbra iniciaram a sua luta antimonárquica ainda nos jornais de 1889, por entre *vivas* à República Brasileira. Foram estes jovens que contribuíram, após o Ultimato, para a fundação de novos jornais que, com a sua propaganda radical e irreverente, ajudaram a consolidar o ideário republicano e a acção nos vinte anos que antecederam a Revolução Republicana Portuguesa.

João Chagas e António José de Almeida são exemplos de jovens de uma nova *geração activa* que se destacaram na preparação da revolução de 5 de Outubro de 1910. Ainda estudante, António José de Almeida escreveu o artigo “Bragança, o último”, no jornal *O Ultimatum* pelo qual foi perseguido e encarcerado. João Chagas ajudou, no Porto, a fundação de *A República* e *A República Portuguesa*. Estes jornais prosseguiram uma propaganda intransigente de crítica e constante apelo às armas e à revolução até ao 31 de Janeiro de 1891, momento em que foram suspensos. A direcção do Partido Republicano era igualmente alvo de críticas por ter continuado a manter o silêncio face ao ambiente de inquietude e de indignação popular que proporcionava o crescimento da tendência revolucionária.

A relação entre dirigentes republicanos portugueses e brasileiros efectuava-se à longa data, mas foi por ocasião do primeiro aniversário da República Brasileira que se formalizaram os laços entre o Brasil e o PRP, ou seja, entre o Brasil e o movimento republicano português. No mês de Novembro de 1890, Eugénio da Silveira partia de Lisboa para participar nas comemorações do primeiro aniversário da Revolução Republicana no Rio de Janeiro. Levava consigo a tripla responsabilidade de representar *O Século*, do qual era redactor, o Partido Republicano Português e a Maçonaria Portuguesa.

O Século tinha sido o jornal escolhido pelo governo provisório brasileiro para ser em Portugal o seu órgão contra as calúnias dos opinadores monárquicos, onde colaborava então Latino Coelho. Magalhães Lima, seu director até 1895, veio a ter um papel fundamental na republicanização da Maçonaria Portuguesa e igualmente, nas relações com o Brasil. A tripla aliança – *O Século*, PRP e Maçonaria (Brasileira e Portuguesa) - terá tido um papel impulsionador da republicanização da Maçonaria Portuguesa que continuava a ser maioritariamente monárquica e que viria a ter um papel significativo no 31 de Janeiro e essencial na proclamação da República Portuguesa.

As Maçonarias, de princípios fraternos e universais, tinham as suas relações e intercâmbios próprios. No Brasil, conhecemos a sua importância na implantação da República Brasileira. Aliás, todos os membros do governo provisório eram maçons e Deodoro da Fonseca ascenderia a Grão-Mestre nesse mesmo ano de 1890.

Em Portugal, germinava a revolução, João Chagas reunia com outros republicanos na sede do jornal *A República Portuguesa*. Alves da Veiga tomou a liderança civil dessa revolta. Paralelamente, o PRP organizava o seu Congresso de Janeiro de 1891 e, em 12 de Janeiro, publicava-se o *Manifesto do Partido Republicano Português*, considerado o seu primeiro programa político.

2.2. A Revolução Brasileira e a preparação do 31 de Janeiro.

No dia 15 de Novembro de 1889, a Revolução Republicana Brasileira veio a contribuir para o crescimento do movimento republicano português. As novas adesões e os novos jornais são a prova de que esse facto não passou despercebido. A força renovada pelo ânimo despertado pelo país irmão proporcionaram palavras de apelo patriótico.

A revolução que depôs o imperador D. Pedro II foi louvada entusiasticamente, elogiada e apreciada pela sua brandura, sem sangue nem violência. Correram ainda notícias da forma gentil com que os monarcas derrubados foram tratados. Os republicanos brasileiros escapavam assim à denominação de *jacobinos*, merecendo o respeito dos outros países.

O Brasil era a demonstração da evolução natural das *modernas sociedades civilizadas*. Para os republicanos portugueses, influenciados pelo positivismo de Littré, a revolução seria a consequência da evolução *do espírito*, ou seja, das ideias de um povo e justificava-se pelo direito dos povos à rebelião quando os governos não expressavam já a sua vontade. A revolução concebia-se como uma larga preparação – a doutrinação –

onde se sucediam um conjunto de sucessos históricos que apontavam a irreversível mudança política. A república era produto da evolução do homem e das sociedades e, por isso, era sinónimo de evolução, progresso, ordem, desenvolvimento económico, justiça, fraternidade universal, solidariedade e felicidade. Só ela produziria a transformação e moralização do país.

Para a *geração activa*, em Portugal a doutrinação estava feita, era tempo de se constituir uma nova ordem social. Os acontecimentos do Brasil provavam que essa mudança era possível e os publicistas apontavam igual desfecho para o nosso país.

Com o exemplo do Brasil antevíamos uma revolução sem sangue e sem violência. Muitos previam nos jornais, que a revolução se faria brevemente, outros preparavam-na de forma pouco discreta, no Porto.

Os jornais *A República* e *A República Portuguesa* foram determinantes na organização do 31 de Janeiro. Na sede de *A República Portuguesa* reuniam-se os conspiradores, grandes vultos do republicanismo, como Basílio Teles, Sampaio Bruno, João Chagas, Santos Cardoso e ainda, tenente Coelho, capitão Leitão e alferes Malheiro. Alves da Veiga, republicano histórico de tendência federalista, homem notável, respeitado e considerado, com grande influência no Porto, liderava o movimento civil. Em Coimbra, José Falcão, prestigiado professor e republicano, acarinhava a causa, dando suporte pessoal aos anseios dos estudantes, entre os quais figuravam António José de Almeida e Afonso Costa. Em Lisboa, Elias Garcia e os seus apoiantes, contra a vontade de Homem Cristo, estariam em contacto com o Porto.

O ambiente de insurreição provocado pelo Ultimato e pelo Tratado de 20 de Agosto e o ânimo promovido pela Revolução Republicana Brasileira não foram suficientes para se reunirem consensos dentro do PRP. Homem Cristo, eleito para o directório do Partido no dia 6 de Janeiro de 1891, nos finais desse mês, escrevia em *Os Debates* um artigo em que denunciava a inoportunidade da revolução.

O apoio do Brasil ao movimento republicano português e o ideário que rodeou a sua revolução republicana transpareceram claramente nos jornais, poucos dias antes de 31 de Janeiro. Escrevia-se: “A república [ou seja, a ideia da instauração da república] segue serenamente, o curso de legalidade, fortalecendo-se e adquirindo cada vez mais a confiança da nação. Esta corrente legal e tranquila da democracia desgosta e contraria os monárquicos [...], pelas razões que deram logo que chegou a notícia de ter sido

destituído o império pela revolução. Por isso, mantemos íntimas e importantíssimas relações com o Brasil...”².

No dia em que se publicava na imprensa o primeiro programa político do PRP, dia em que perfazia um ano do Ultimato e a vinte dias da revolta, constituía-se, no Porto, com cento e cinquenta associados, o *Centro Democrático Federal 15 de Novembro*. A referência à República Brasileira, no dia da inauguração deste Centro Republicano, não se ficaria pela inscrição de 15 de Novembro – data da Revolução Brasileira. A decoração primava pela presença das bandeiras do consulado brasileiro [bandeiras da República Brasileira?] e ainda, nas paredes os retratos de todos os membros do governo provisório brasileiro – Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Quintino Bocaiuva, ...- a par do retrato de Alves da Veiga. Se através dos artigos da imprensa se percebe a influência do Brasil sobre o movimento republicano português, este acontecimento permite entender uma profunda relação com o governo brasileiro, ou seja, com o Brasil.

Na madrugada do dia 31 de Janeiro, enquanto os revoltosos percorriam os mesmos caminhos trilhados pela revolução liberal de 1820, na Câmara Municipal do Porto içava-se a bandeira vermelha e verde do *Centro Democrático Federal 15 de Novembro*. Todos acreditaram que a revolução se faria sem violência e sem sangue, tal como o exemplo recente do Brasil. Atente-se sobre o facto de ter sido escolhida a bandeira do *Centro Democrático Federal 15 de Novembro*: com a república desejava-se a Democracia, a Federação e o exemplo a seguir deveria ser o do Brasil, cuja data significativa para a vitória destas ideias seria, precisamente, 15 de Novembro de 1889.

Certamente, os membros do governo provisório brasileiro e o seu consulado do Porto não estariam alheios à organização da revolta de 31 de Janeiro e a Alves da Veiga não seriam estranhos os membros desse governo. As palavras dos republicanos sobre o Brasil nas páginas dos jornais e todos estes acontecimentos indiciam uma íntima relação entre republicanos brasileiros e portugueses. E, a influência do Brasil está simbolicamente expressa na bandeira hasteada na Câmara do Porto.

Do insucesso da Revolta ficara a certeza de que era necessária mais unidade e maior consolidação do republicanismo junto das camadas burguesa e popular. Até ao 5

² “A República dos Estados Unidos do Brasil” in *A República*, n.º 277, 25 de Janeiro de 1891, p. 1.

de Outubro o trabalho político foi árduo e as relações com o Brasil republicano prosseguiram.

3. O Pós-31 de Janeiro e o 5 de Outubro de 1910

3.1. As obras dos republicanos no pós-31 de Janeiro

Os republicanos que no exílio sofreram o fracasso do 31 de Janeiro ficaram impedidos de continuar a sua actividade como publicistas, mas não se demitiram do seu papel de *cronistas da gesta republicana*³.

Autores como Sampaio Bruno, João Chagas, Basílio Teles, Heliodoro Salgado e António Claro, deixaram-nos algumas obras que nos ajudaram hoje a fazer o percurso da História, para melhor compreender o movimento republicano.

Todos quiseram deixar o seu testemunho sobre a Revolta Portuense e, apesar de João Chagas ter referido em 1901, no seu livro *História da Revolta do Porto* que o *Ultimatum era a causa única*⁴ da Revolta, todos eles se referiram à importância da Revolução Republicana Brasileira de 15 de Novembro de 1889 como um dos factores significativos na sua preparação. Em 1900, este autor escrevia assim: “... o exemplo recente da revolução de 15 de Novembro no Brasil [...] influiu muito para dispor os espíritos a ver reproduzido em Portugal este facto singular”⁵.

E, sem discutirmos o impacto decisivo do conflito anglo-português de 1890, no levantamento cívico de forte indignação patriótica e no despertar da ideia de revolução, não podemos deixar de relevar o crescimento da ideia da necessidade de alteração violenta do regime político a partir do exemplo bem sucedido da Revolução Brasileira.

Basílio Teles ponderou a dificuldade de avaliar a importância deste factor que se conjugava com outros de maior impacto, mas apontava que: “Seria injusto [...] omitir a repercussão que teve entre nós o movimento político brasileiro, em Novembro daquele ano de 1889 [...]. Compreende-se que a revolução representasse para nós, aos primeiros telegramas, o pasmo e a dúvida e a sua facilidade em consumir-se, [...] produzisse uma

³ Catroga, Fernando, “Positivistas e republicanos in Torgal, Luís; Mendes, José Amado e Catroga, Fernando, *História da História em Portugal Sécs. XIX-XX*, Círculo de Leitores, 1996, p. 114.

⁴ Chagas, João e Tenente Coelho, *História da Revolta do Porto de 31 de Janeiro*, Lisboa, Empresa Democrática, 1901, p.1.

⁵ Chagas, João, *Trabalhos Forçados*, vol. I, Lisboa, Administração da “Folha do Povo”, 1900, p. 137.

impressão geral e profunda, e devesse figurar, com toda a certeza, entre os estímulos que provocaram a tentativa republicana do Porto...”⁶.

Durante todo o século XIX e particularmente, depois da independência do Brasil, este jovem país tornou-se um destino privilegiado de muitos emigrantes portugueses e europeus que aí procuravam trabalho e fortuna. A riqueza alcançada e as remessas enviadas contribuíram para equilibrar as finanças do Estado português o que levou Alexandre Herculano a afirmar que o Brasil era a *nossa melhor colónia depois de se tornar independente*.

Às relações de ordem económica e social, por via desses emigrantes, sucediam-se outras de índole ideológica e intelectual. Assim lembramos a estadia de Silva Pinto e Rafael Bordalo Pinheiro ou a colaboração de Latino Coelho nos jornais republicanos brasileiros já na década de Setenta e esforço de Teófilo Braga que em 1880 pretendeu reatar a aliança intelectual com o Brasil com o objectivo de iniciar uma propaganda com base no ideário comum: o positivismo e o republicanismo. Com a Revolução Brasileira os republicanos portugueses só podiam esperar o estímulo e o apoio concreto nos objectivos da implantação da república, em Portugal.

Mesmo não sendo apoiada por homens como Homem Cristo, a primeira tentativa revolucionária foi certamente, como vimos, impulsionada e suportada pelo governo brasileiro, tendo essa questão ficado demonstrada com a presença das bandeiras do consulado brasileiro e os retratos dos membros do governo desse país na inauguração do Centro Democrático Federal 15 de Novembro.

As relações com os brasileiros vieram a ser melhor compreendidas com os livros de António Claro, *Brasil Político* e *Memórias de um Vencido* e de Sampaio Bruno, *Notas do Exílio*. Os dois republicanos participaram na organização da revolta de 31 de Janeiro. Ambos partilharam os primeiros dias difíceis em Espanha e, enquanto Sampaio Bruno se refugiou em França, António Claro exilou-se no Brasil.

Este último permaneceu no Brasil entre 1891 e 1894. Em *Memórias de um Vencido* descreveu o seu percurso de emigrado político, desde o momento em que foi convidado a participar na conspiração republicana. Em Espanha embarcou para o Brasil e quando aí chegou, ele e os outros correligionários foram recebidos pelo inspector da Alfândega, amigo *íntimo* do Marechal Floriano Peixoto, então presidente da República

⁶ Teles, Basílio, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, Lisboa, Portugal, 1968, pp. 81-82.

Brasileira. Barão Peres da Silva acolheu-os com *fidalgua e amizade*. As belezas do Rio de Janeiro inspiraram-lhe palavras de grande encantamento e, apesar de ter notado algum isolamento e discriminação por ser um exilado político, logo homenageou os homens que o acoitaram e acolheram. Referiu-se a Rangel Pestana e Quintino Bocaiuva, entre outros. Recordou também a cerimónia de despedida com que o Presidente brasileiro, Prudente de Moraes, tinha brindado os emigrados do 31 de Janeiro aquando do seu regresso em 1894.

Das suas palavras não foi difícil perceber que alguma relação especial unia os membros do governo brasileiro aos exilados portugueses. Sem dúvida, uniu-os o ideário comum, mas também relações de solidariedade e fraternidade entre membros da Ordem maçónica, o que explica a afectividade e amizade extraordinárias que envolveram este período difícil das suas vidas. A maioria dos nomes brasileiros citados pertenciam à Maçonaria Brasileira e o próprio António Claro tinha sido iniciado nas vésperas da revolta do Porto.

Se se encontrava provado que o 31 de Janeiro tinha tido a intervenção da Maçonaria, podemos agora completar a ideia de que houve também participação da Maçonaria brasileira. E, se este relacionamento não se encontrava formalizado através de Tratado, era porque muitos membros da Maçonaria Portuguesa ainda eram monárquicos. No entanto, recordemos que Eugénio da Silveira, no dia 15 de Novembro de 1890, fora representar o PRP, O Século e a Maçonaria no Rio de Janeiro. Aureliano Cirne escrevia, precisamente nesta data que: “Até 1889 recebemos do Brasil – o pão; desde 1890 começámos a receber a luz!”.

3.2. As relações entre a Maçonaria Brasileira e Portuguesa

O que poderia unir republicanos e maçons dos dois países? Pensamos que a aproximação entre o ideário das duas associações e a necessidade da republicanização da Maçonaria Portuguesa com o objectivo de implantar a república são as duas causas deste recrudescer da solidariedade.

No Brasil se não podemos afirmar que a revolução republicana foi obra da Maçonaria, foi pelo menos, obra de importantes maçons. Todos os membros do governo provisório pertenciam a esta associação e Deodoro da Fonseca, seu líder mais importante, subiu a Grão-Mestre em 1890.

Em Portugal, os principais líderes do movimento republicano, desde a década de Setenta, como Teófilo Braga, Latino Coelho e Magalhães Lima, entre outros publicistas

menos conhecidos, como Eugénio da Silveira, tinham sido iniciados na Maçonaria Portuguesa.

O ideário republicano português ia buscar muitas das suas origens teóricas ao positivismo e ao liberalismo, de feição jacobina ou não. Este ideário afirmou-se e consolidou-se junto das camadas da burguesia ao longo da segunda metade do século XIX. Durante este percurso, todas as principais questões pelas quais se batiam os republicanos eram igualmente apoiadas, se não pela Ordem maçónica, por alguns maçons ilustres. A Liberdade, Igualdade e Fraternidade; a Democracia, a Justiça; o Direito e a Razão que significavam a influência da ciência aplicada ao poder; a procura da perfectibilidade da sociedade na busca da felicidade, da paz e da harmonia; a universalidade dos princípios como a fraternidade ou a federação universal dos povos ou ainda a democracia; a luta pela laicização da sociedade contra o clericalismo; a defesa do sufrágio universal única forma de representatividade e expressão da soberania do povo; a laicização da vida do homem com as lutas pelo registo civil, pela secularização dos cemitérios, pelo casamento civil e pela instrução laica; a separação da Igreja e do Estado; a divisão dos poderes legislativo, executivo e judicial.

A aproximação entre os maçons e republicanos brasileiros e portugueses foi regular. E, quando se verificou essa coincidência de ideais comuns, logo se iniciaram trocas de correspondência, colaborações em jornais e revistas, proporcionando um bom conhecimento do que se passava nos dois países.

Verificámos já a presença de Eugénio da Silveira no primeiro aniversário da República Brasileira em 1890. Em 1891, os exilados do 31 de Janeiro eram recebidos no Brasil por altas individualidades e importantes intelectuais. Em 1894, estes regressam a Portugal, tendo o presidente Prudente de Moraes, realizado uma festa de despedida. Em 1895, João Chagas viajou até ao Rio de Janeiro, onde se encontrou com um ministro e com deputados, dando origem a um livro com o título *De Bond*.

As visitas dos republicanos brasileiros, noticiadas nos jornais e revistas, vieram dar mais força e mais alento aos republicanos e à sua crítica à monarquia pois eram aproveitadas para realizar grandes comícios – às vezes com 3000 pessoas – onde de deram Vivas à República.

Em 1898, o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Manuel Ferraz de Campos Sales, visitou Portugal onde recebeu honras de ilustre *irmão*, numa recepção preparada pela Loja Liberdade, em Lisboa. As manifestações do povo de

Lisboa e as diferentes recepções que lhe foram dedicadas foram transcritas pelo *O Século*.

Nesta data, decorria o Grão-Mestrado de Bernardino Machado (este só veio a integrar as fileiras republicanas em 1903) e as críticas que os monárquicos que lhe endereçaram pelo alargamento da ideia de república, provocaram uma grave cisão da Maçonaria Portuguesa, em 1899. Nesta data fundou-se a Loja Montanha para que se tornasse possível os preparativos para revolução republicana. Foi esta a loja responsável pela republicanização de alguns maçons e, nomeadamente, pela eleição de Magalhães Lima para Grão-Mestre em 1907. No mesmo ano o brasileiro Vicente Ferrer Wanderley preparou e assinou, com Fausto de Quadros, um Tratado de amizade e aliança entre a Maçonaria Portuguesa e o Grande Oriente do Brasil.

Magalhães Lima, nascido no Rio de Janeiro, em 30 de Maio de 1850, fundador e director de *O Século* de 1881 a 1895, foi iniciado em Coimbra, em 1874. O seu papel foi fundamental para o desenvolvimento do movimento republicano português e especialmente importante no estabelecimento de relações com o Brasil. O que o seu Grão-Mestrado determinou foi o estabelecimento de uma tolerância, senão apoio, à ideia de república o que antes não se tinha verificado.

3.3. O Brasil e o 5 de Outubro de 1910

Entre 1909 e 1910, as páginas de Ilustração Portuguesa acompanhavam a par e passo todos os importantes acontecimentos do Brasil e relatavam, com orgulho, as movimentações da Armada Brasileira no Rio Tejo.

No dia 1 de Outubro de 1910, atracou no Tejo, em frente ao Palácio das Necessidades, o navio São Paulo, que trazia a bordo o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Marechal Hermes da Fonseca. Dia 3 de Outubro, este foi convidado pelo rei D. Manuel para um jantar em sua honra. Nessa mesma noite, reuniram-se os conspiradores e saíram à rua para estabelecer as posições finais que viriam a dar a vitória à república.

Depois do jantar, Hermes da Fonseca já não recolheu ao seu quarto, encaminhou-se para o seu navio e daí assistiu à revolução que se prolongou por dois dias. Ao seu lado estava o Adamastor que bombardeou o Palácio das Necessidades. Quando neste barco, no dia 5 de Outubro, se hasteava a bandeira verde e rubra o São Paulo respondeu com uma salva de 21 tiros – esta atitude ficou inscrita no diário de bordo como um erro.

Rocha Martins não acreditou em coincidências... e referiu-se à Maçonaria: Hermes da Fonseca era membro desta Ordem e muito respeitado pela Maçonaria Portuguesa. Ou seja, este autor pensou que havia intervenção da Maçonaria e apoio do governo brasileiro perante a Revolução Republicana Portuguesa. Não poderemos agora confirmar esse apoio pois quando nos referimos à preparação de uma conspiração os documentos são raros ou inexistentes.

Já no Brasil, o Apostolado Positivista criticou Hermes da Fonseca por não ter reconhecido imediatamente a República Portuguesa, ao que ele respondeu: “Não podíamos bruscamente romper as ótimas relações com Portugal e muito principalmente nos dois últimos reinados. [...] Não devíamos pois, dar ensejo a que pudessem interpretar de um modo pouco honroso para o nosso país, uma atitude que só nos poderia ser desfavorável”. Decorridos todos estes anos não conseguiu este presidente brasileiro escapar a essa possível interpretação.

Foi no dia 15 de Novembro de 1910, vinte anos depois da presença de Eugénio da Silveira no Rio de Janeiro, que o cônsul em Portugal entregou as credenciais do governo brasileiro reconhecendo a República Portuguesa, tal era a sua confiança no governo provisório português, chefiado por Teófilo Braga.

Conclusão

Diante da unidade dos ideais entre republicanos brasileiros e portugueses, a antecipação do Brasil, em vinte e um anos, na instauração da República, verificámos como o Brasil republicano contribuiu para a consolidação do ideário do movimento republicano português que desenvolveu e que preparou a Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910.

Desta profunda relação de fraternidade e solidariedade entre dois países com raízes históricas comuns, permaneceu um símbolo: a bandeira verde e rubra, cujo significado lembramos através das palavras de Teófilo Braga:

“Temos a cor vermelha da conquista do Algarve em que se integrou o território português e a cor verde do pendão vencedor em Aljubarrota, que reivindicou a autonomia de Portugal e ainda hoje, da bandeira do Brasil, cuja cor verde se relaciona com a origem étnica daquela florescente República”.

Eram simplesmente as cores do estandarte içado na Câmara do Porto, em 31 de Janeiro de 1891, onde se inscrevia “15 de Novembro” – data que significava, ao mesmo tempo, República, Democracia e Federalismo.

Em 5 de Outubro cumpria-se a República, só em 25 de Abril se observou a Democracia e o Federalismo, até hoje, ficou por cumprir.